

Saúde



INÍMIGO DO SEXO

Alergia afeta o próprio orgasmo

Síndrome rara faz homens terem sintomas diversos após ejaculação

PUB
LICIDADE
O GLOBO
PUB
LICIDADE

CERCO FECHADO

Anvisa mantém proibidos cigarros eletrônicos e cria novas restrições

BERNARDO LIMA
E BERNARDO VONSHIGUE
@bernardolima1979
@bernardovonshigue

A diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou por unanimidade ontem a resolução que mantém a proibição de cigarros eletrônicos no Brasil. A nova norma substitui resolução de 2009, e endurece o texto vigente, vedando também a produção, distribuição, armazenamento e transporte dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) no país.

Os DEFs, que englobam produtos conhecidos como vapes, pods, entre outros, tiveram a importação, a comercialização e a propaganda proibidas no país ainda em 2009 pela agência.

A análise do assunto foi feita pela diretoria colegiada do órgão, composta por cinco diretores. O presidente da autarquia e relator do caso, Antonio Barra Torres, e os diretores, Danitza Passanali, Daniel Meirelles, Rômison Rodrigues e Meiruze Freitas, votaram pela aprovação.

A minuta aprovada pela diretoria colegiada da autarquia é mais robusta e dura do que a norma de 2009. A resolução anterior proibia apenas a venda, propaganda e importação dos produtos.

Segundo o texto aprovado, devem ser implementadas medidas para reforçar a fiscalização da comercialização do produto, e campanhas publicitárias e educativas sobre

os riscos do uso de DEFs para jovens e adolescentes.

Além disso, a norma traz uma definição mais abrangente dos dispositivos, e determina que os DEFs são qualquer "produto fumígeno cuja geração de emissões é feita com auxílio de um sistema alimentado por eletricidade, bateria ou outra fonte não combustível, que imita o ato de fumar".

A Anvisa ainda produziu um relatório que avaliou os impactos da liberação dos cigarros eletrônicos em países onde o produto foi regulamentado. O texto indica que não há evidências científicas suficientes para apoiar os vapes como auxiliares para largar o tabagismo, que há tendência de uso por jovens e que ainda faltam pesquisas sobre os danos de longo prazo dos dispositivos.

VOTO DO RELATOR

O primeiro a votar, o presidente da agência, Antonio Barra Torres, repassou aos demais diretores uma análise do cenário internacional de regulamentação dos dispositivos, considerações da comunidade científica e um resumo sobre o assunto.

A consulta pública não trouxe fato ou argumento científico que alterasse o peso das evidências já ratificadas por esse colegiado anteriormente — disse.

O presidente ainda citou um documento da Organização Mundial de Saúde

(OMS) do final do ano passado, que atesta que a partir das evidências atuais não é recomendado a governos permitir a venda de cigarros eletrônicos como método de combate ao fumo tradicional.

A diretora Danitza Buvnich destacou em seu voto que a liberação do produto no país pode aumentar o consumo de cigarros eletrônicos por adolescentes e jovens adultos, principal público-alvo dos DEFs.

— Destaco o aumento do risco da iniciação de jovens e adolescentes ao tabagismo, a alta prevalência de uso em países que permitem tais produtos, em especial por crianças, adolescentes e adultos jovens — afirmou.

Por sua vez, o diretor Daniel Meirelles defendeu que não há razão para a agência acreditar que a regulamentação possa diminuir o contrabando do produto no Brasil, argumento usado por defensores da liberação.

— Assim como ocorre com outros produtos já proibidos no Brasil, podemos prever uma tendência de aumento drástico no contrabando caso haja opção pela regulamentação dos DEFs — afirmou o diretor.

O procedimento de reavaliação do assunto foi iniciado em 2019, segundo a agência, porque houve a necessidade de rever os impactos da proibição e considerar os novos estudos e dados sobre o consumo de DEFs.

Como parte do processo, a

agência submeteu o assunto à consulta pública, no fim do ano passado, para receber manifestações da sociedade civil sobre a proposta apresentada pelo órgão, que mantém a proibição.

Das 13.930 manifestações recebidas, 37,4% foram favoráveis à proposta, ou seja, concordaram que os produtos continuem vetados. Outros 58,8% marcaram a alternativa "tenho outra opinião", e 3,7% não responderam.

REPERCUSSÃO MÉDICA

No ano passado, o corpo técnico da Anvisa aprovou, por unanimidade, relatório que orientou manter a proibição. Entidades médicas brasileiras vão na mesma linha. O Conselho Federal de Medicina (CFM), a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), a Associação Médica Brasileira (AMB), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e o Instituto Nacional do Câncer (Inca), se posicionam contra a liberação dos vapes no Brasil.

Em paralelo, o assunto também é discutido no Congresso Nacional. Está em tramitação no Senado um projeto de lei da senadora Soraya Thronicke (Podemos - MS) para obrigar que a Anvisa regulamente e libere os dispositivos no Brasil. O texto ainda não foi analisado. Outro projeto, do senador Eduardo Girão (Novo - CE), propõe o inverso, que os aparelhos tenham sua proibição determinada na Constituição.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO elogiaram a decisão, apontando o potencial dos aparelhos em tornar dependentes indivíduos que não faziam uso do cigarro convencional, especialmente os mais jovens, e reverter o avanço do Brasil na redução do tabagismo.

— Eu recebo com júbilo como médica, como membro da sociedade civil, em todos os sentidos. O Brasil dá um exemplo de proteção da vida humana para o resto do mundo. Mesmo os países que liberaram os dispositivos estão tendendo a voltar atrás — afirma a pneumologista Margareth Dalcolmo, colunista do GLOBO.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Cláudio Materovitch, ex-presidente da Anvisa entre 2003 e 2005 e médico sanitário da Fiocruz, também elogia a decisão e cita um alinhamento com as medidas brasileiras que levaram o país a ser um exemplo no combate ao tabagismo.

— O Brasil é sempre lembrado como um dos países que mais conseguiu avançar no controle do tabagismo. Todas nossas estatísticas de tabaco vinham melhorando desde então, até o surgimento do cigarro eletrônico.

Segundo o Ipec, 2,9 milhões de adultos utilizavam vapes em 2023 (1,8% da população), enquanto quatro anos antes eram menos de 500 mil (0,3%) — crescimento de 600%. Para a diretoria-geral da ACT (Aliança de Controle do Tabagismo) Promotora da Saúde, Mônica Andreis, há dados suficientes para condenar a tendência.

— Apoiamos a decisão da Anvisa, está alinhada com as evidências científicas disponíveis. Já temos muitas evidências sobre danos pulmonares e cardiovasculares ligados a esses aparelhos, que estão se manifestando de forma

Sem evidência. Segundo a Anvisa, não há estudos que demonstrem utilidade dos vapes para largar o cigarro

“Destaco o aumento do risco da iniciação de jovens e adolescentes ao tabagismo e a alta prevalência de uso em países que permitem tais produtos”

Danitza Buvnich, diretora da Anvisa

“O Brasil dá um exemplo de proteção da vida humana”

Margareth Dalcolmo, pneumologista

